

A GRANTA E O FEMININO: INFLUÊNCIA DO GÊNERO NAS OPÇÕES EDITORIAIS

Leonor Rodrigues¹

Maria Manuel Baptista²

Fátima Ney Matos³

| 473

RESUMO

A *Granta* tem sido, desde a sua formação, um importante veículo disseminador de literatura. Com este estudo, pretende-se compreender o papel que as mulheres têm vindo a ter como colaboradoras desta revista literária. Para tal, foram analisados qualitativamente os 132 números da *Granta* lançados entre o Outono de 1979 e o Verão de 2015. Concluiu-se que existe uma clara presença minoritária de mulheres como colaboradoras da *Granta* e que o género dos colaboradores parece igualmente ter influência sobre a temática e o género literário para publicação, mas não sobre as oportunidades dadas a autores emergentes. O género dos editores que selecionam os colaboradores é também uma variável com peso no panorama final. Finalmente, a participação das mulheres na *Granta* revela uma tendência para aumentar.

PALAVRAS-CHAVE

Granta; género; publicação; literatura; desigualdade.

Introdução: Da *Granta* e dos objetivos deste estudo

Granta – The Magazine of New Writing é, na sua forma atual, uma revista britânica de índole literária que tem vindo a dedicar-se à divulgação tanto de autores já consagrados, como também de novos autores que estão ainda a dar os seus primeiros passos no mundo da literatura. A *Granta* como a conhecemos hoje surgiu em 1979, com Bill Bufford como editor, tendo sido adotado um formato quadrienal fixo desde 1983. Desde 1979, foram já publicados 132 números da *Granta*, cada um com um tema distinto sobre o qual vários escritores selecionados se debruçam. Todos estes volumes foram analisados no âmbito deste estudo, incluindo trabalhos de ficção, ensaio, memória, poesia, entrevista e arte provenientes dos mais variados países. Convém, contudo, ter em mente que, embora, em termos do tipo de literatura que produzem, os autores incluídos nos vários números da *Granta* não pareçam produzir segundo o paradigma repetitivo e confortável característico das indústrias culturais que Adorno (2003) teorizou, eventualmente acabariam por inserir-se no âmbito dessas mesmas indústrias culturais, na medida em que começariam uma carreira literária que os envolveria no mundo da edição.

O que se pretende com este estudo é analisar a participação que as mulheres têm tido como colaboradoras da *Granta* nestes 36 anos da sua existência. Em termos de metodologia, adotou-se uma abordagem qualitativa, baseada na análise de conteúdos dos sumários dos 132 atuais números da *Granta*. Esperava-se, antes da reunião dos dados e estabelecimento

¹ Mestranda em Estudos Editoriais, Universidade de Aveiro, email: leonorrodrigues@ua.pt.

² Professora do Programa Doutoral em Estudos Culturais, Universidades de Aveiro e do Minho, email: mbaptista@ua.pt

³ Professora adjunta da Universidade Potiguar e pós-doutoranda da Universidade de Aveiro, email: fneymatos@ua.pt

de conclusões (que chamaram a atenção para questões não consideradas), que o número de colaboradoras da *Granta* fosse relativamente baixo quando comparado com o número de colaboradores do sexo masculino. Considerou-se, também, e tendo em conta o caráter temático da publicação, que o número de autoras fosse superior em temas socialmente considerados femininos (como sendo as temáticas *Home*, *Children* ou *Love Stories*), e que a sua participação fosse inferior em temas socialmente considerados masculinos (incluindo-se aqui temas relacionados com a guerra, política, desporto ou economia). Partiu-se, ainda, do princípio de que as mulheres trabalhariam mais a ficção, enquanto os homens se debruçariam primordialmente sobre o ensaio e a não-ficção em geral. Finalmente, antecipou-se que existiria uma maior percentagem de colaboradores masculinos ainda desconhecidos, por oposição a um número de colaboradoras ainda não reconhecidas que se esperava mais reduzido.

Referencial teórico: Da (des)igualdade e do estereótipo com base no género

Beere, King, Beere e King (1984) definiram a igualdade no que diz respeito aos papéis desempenhados por cada género como a capacidade para encarar um indivíduo independentemente do seu sexo. Deste modo, nenhuma pessoa, quer sendo homem ou mulher, seria discriminada tendo por base o seu género, e as oportunidades que lhe fossem conferidas e o julgamento das suas verdadeiras capacidades não estariam dependentes de nenhuma perceção tornada tendenciosa pelo género do avaliador. No entanto, uma avaliação atenta da realidade atual, mesmo depois dos fortes movimentos reivindicativos feministas dos anos 60 a 80, poderá apontar para o facto de este estado de igualdade ainda não se encontrar estabelecido. Existem, inclusivamente, vários estudos que corroboram esta noção a vários níveis.

Steinpreis, Anders e Ritzke (1999) expuseram o modo como, em situações de procura de emprego, com currículos iguais, os homens acabam por ser favorecidos. Eigenberg e Whalley (2015) concluíram que ainda não existe paridade na publicação académica ao analisarem a publicação de mulheres em revistas na área da criminologia. Goldin e Rouse (2000) analisaram a discriminação à qual eram submetidas as mulheres durante as audições para inclusão em orquestras, concluindo mesmo que o número de mulheres escolhidas aumentava quando o género não era conhecido pelo avaliador. Eagly e Karau (2002) debruçaram-se sobre a questão do *glass ceiling* e sobre as razões pelas quais as mulheres ainda se veem impedidas de alcançar cargos de grande poder e responsabilidade. Ceci, Williams e Barnett (2009) procuraram compreender os ainda preocupantemente baixos números de mulheres a trabalhar em áreas relacionadas com a ciência.

Uma razão explicativa do porquê da permanência deste quadro discriminativo poderá ser a prevalência, ainda nos dias de hoje, de estereótipos de género. Williams, Satterwhite e Best (1999) consideraram que um estereótipo de género teria a sua raiz nas diferentes características psicológicas atribuídas a homens e mulheres, estereótipos esses que poderão ou ser universais ou específicos a determinadas culturas. As características psicológicas que atribuímos aos membros dos dois sexos influenciarão o modo como encaramos as suas capacidades e, conseqüentemente, como avaliamos as suas apetências para determinados cargos ou funções – o que explicaria, em grande medida, as situações acima apresentadas. A erroneidade de muitos destes estereótipos é atestada por Ross e Geffner (1980), que referem

o estudo de Pheterson, Kiesler e Goldberg (1971) no qual se percebeu que, embora homens e mulheres fossem avaliados de forma igualitária quando o seu trabalho era já amplamente reconhecido, as mulheres continuavam a ser discriminadas quando eram ainda relativamente desconhecidas. Assim, para os membros do sexo feminino, o problema estaria em alcançar a notoriedade, pois, aquando do atingimento desse estatuto, as suas capacidades deixavam de ser questionadas.

Um dos principais problemas inerentes à existência de estereótipos de género é a dificuldade em quebrá-los. Isto porque estes estereótipos são um produto de séculos de pensamento misógino e sexualmente tendencioso, que é absorvido e interiorizado pela sociedade desde uma idade muito reduzida. Isto cria uma faca de dois gumes nas opções que jovens do sexo feminino fazem ao longo da sua vida, nomeadamente no que diz respeito à escolha de áreas de estudo e ocupações profissionais. Por um lado, é possível que as mulheres interiorizem noções sociais e culturais relativas às capacidades que possuem e às áreas que lhes estão disponíveis, fazendo com que se considerem menos aptas para áreas socialmente consideradas mais masculinas ou, mesmo, contribuindo para que, ainda que inconscientemente, nem as tenham em conta. Por outro lado, é possível que uma mulher, mesmo conhecendo as suas próprias capacidades e não sofrendo destes estereótipos possivelmente inconscientes, tenha noção de que a sociedade que a rodeia deles partilha, o que condicionará de igual modo as suas escolhas e opções, contribuindo assim para este ciclo vicioso (Correll, 2001; Evans, Schweingruber e Stevenson, 2002; Eccles, 1994).

A questão dos estereótipos de género e da discriminação a que as mulheres têm vindo a ser sujeitas já foi abordada no âmbito de outros estudos semelhantes ao que aqui se apresenta, se bem que tendo por objeto de análise publicações distintas. Gualtieri (2011) procurou compreender as tendências verificadas na escolha de textos escritos por mulheres nas oito edições de *The Norton Anthology of English Literature* (tendo a primeira sido publicada em 1962 e a oitava em 2006). Gualtieri chegou à conclusão de que o número de mulheres aí compreendidas tem vindo a aumentar consideravelmente, com seis mulheres a serem publicadas no primeiro volume da antologia e 66 no oitavo. Assim, verifica-se a existência de uma progressão no tempo ao nível do número de mulheres selecionadas para publicação. No entanto, algo muito interessante que Gualtieri verificou foi a relação existente entre o número de mulheres presentes na equipa editorial e o número de mulheres publicadas. Assim, apenas em 1986 duas mulheres se juntaram a esta equipa editorial para o quinto volume da antologia, verificando-se um aumento de 18 para 26 mulheres publicadas, tendência esta que continua a verificar-se nos três números seguintes.

Por outro lado, Oggins (2014) debruçou-se sobre a presença de mulheres autoras nas antologias *Best American* e na relação existente entre este ponto e o género dos editores. Tal como no estudo anterior, concluiu-se que as mulheres ainda se encontram sub-representadas, embora os seus números tenham vindo a aumentar, sobretudo sob a égide de editoras femininas. No entanto, Oggins também descobriu que, quando as mulheres ocupavam maiores percentagens da equipa editorial, a presença de mulheres em antologias dedicadas a temáticas ou géneros literários socialmente considerados mais masculinos aumentava também. Concluiu, portanto, que as mulheres tinham mais tendência para considerarem outras mulheres competentes, independentemente da feminilidade ou masculinidade socialmente inerente ao seu objeto de criação. Outra conclusão interessante foi aquela a que Jarema,

Snycerski, Bagge, Austin e Poling (1999) chegaram ao analisar a presença de textos femininos no *Journal of Organizational Behavior Management*. Tendo chegado às mesmas conclusões relativamente à relação entre o género dos editores e dos autores, concluíram ainda que, embora tanto autores masculinos e femininos fossem repetidos ao longo do tempo de existência da publicação de forma relativamente proporcional, os autores masculinos alcançavam quantidades de repetições muito mais elevadas do que as autoras femininas contempladas.

Assim, tendo em conta estas situações, podemos observar três tendências. A primeira é a tendência para o aumento do número de mulheres nestas publicações embora este permaneça abaixo do de homens. Neste âmbito, parece poder extrapolar-se para o caso da literatura a *pipeline theory* de Xie e Shauman (2003), que consideravam que a razão pela qual as mulheres ainda não eram amplamente reconhecidas nas ciências era o facto de apenas há algumas décadas terem começado a constituir quantidades representativas de profissionais nesta área. Assim, seria uma questão de tempo até se atingir um estado de igualdade. No entanto, Lincoln, Pincus, Koster e Leboy (2012) chegaram à conclusão de que tal não é, na verdade, aplicável, uma vez que o reconhecimento das mulheres nos campos científicos continua muito dependente dos géneros representados nos comités de atribuição de prémios e, simultaneamente, da década de 90 para a década de 2000, o número de mulheres cientistas a quem foram atribuídos prémios e outras distinções diminuiu. Este panorama não é, portanto, muito diferente do panorama literário das últimas décadas.

A segunda tendência que se verifica é a da valorização de trabalhos masculinos em desfavor dos trabalhos femininos. Tal não é novidade, mas é interessante considerar o estudo de Lebeda e Karwowski (2013), que analisaram o impacto do género depreendido a partir do nome de um autor na perceção da criatividade do mesmo no caso do trabalho científico, da poesia, da música e da arte. Concluíram que, de um modo geral, os trabalhos assinados com um nome masculino eram frequentemente esmagadoramente preferidos em relação aos assinados com um nome feminino. No caso dos trabalhos científicos, até os trabalhos anónimos eram considerados superiores aos trabalhos assinados por mulheres. A diferença não é tão considerável no caso da música, mas continua a verificar-se. Concluiu-se o oposto no que diz respeito à arte e à poesia, em que as diferenças tendiam a diminuir consideravelmente.

A terceira tendência verificada foi a da relação entre o aumento do número de mulheres nas equipas editoriais e o aumento do número de mulheres a contribuir para as publicações. Ward (1981) referiu, mais uma vez, a tendência para preferir o trabalho de homens em detrimento do trabalho de mulheres, tendência essa exacerbada quando recai sobre os homens a responsabilidade de avaliação e de escolha. Por outro lado, Tajfel (1974) teorizou, relativamente às dinâmicas de grupos, que a pertença a um grupo – por exemplo, o sexo feminino ou masculino – leva a que se verifiquem tendências para preferir e favorecer o trabalho de membros do grupo em que nos inserimos em detrimento dos mesmos produtos de membros de um grupo exterior ao nosso. Assim, isto pode explicar a razão pela qual editores masculinos selecionam menores números de trabalhos femininos e editoras femininas selecionam maiores números de trabalhos femininos.

Metodologia: Da recolha e sistematização de dados

Tendo em vista a recolha de dados para este estudo, recorreu-se a uma metodologia qualitativa, que se pode definir como «(...) o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudos de caso; (...) textos e produções culturais; textos observacionais, históricos, interativos e visuais – que descrevem momentos e significados roteiros e problemáticos na vida dos indivíduos.» (Denzin, Lincoln, *et al.*, 2006, p. 17). De entre os vários métodos que se podem utilizar no âmbito da pesquisa qualitativa, selecionou-se a análise de conteúdos, que Minayo (2007, p. 304) apresenta como uma «técnica de tratamento de dados, [que] possui a mesma lógica das metodologias quantitativas, uma vez que busca a interpretação cifrada do material de carácter qualitativo.»

Neste caso, analisaram-se os sumários dos 132 números da *Granta* que tinham sido publicados entre o Outono de 1979 e o Verão de 2015. Estes foram publicados a um ritmo generalizado de quatro volumes por ano, com certas exceções para os primeiros anos de estabelecimento da revista e ocasionais edições especiais. Acedeu-se aos sumários disponibilizados no sítio oficial da *Granta* (www.granta.com) e em todos os volumes as informações aí contidas foram colmatadas, quando possível, com a visualização da página do sumário ocasionalmente disponibilizada em livre acesso no sítio da Amazon (www.amazon.com). Independentemente destes esforços, é possível que alguns artigos não tenham sido contemplados nesta análise por falta de acesso a dados referentes à existência dos mesmos, mas é possível afirmar-se que o grosso dos artigos publicados no referido período nos vários volumes da *Granta* foi analisado.

Para alcançar as conclusões, apontaram-se todos os volumes da *Granta*, assim como informações disponíveis relativamente a temáticas e periodicidade. Para além disto, para cada volume fez-se um quadro com os autores publicados, respetivo título e género do trabalho (quando possível sabê-lo com certeza) e, recorrendo-se a diretórios governamentais oficiais, como o British Council Literature, e aos sítios oficiais de autores, quando existentes, procurou-se compreender que obras os autores contemplados na *Granta* já tinham publicado aquando do seu primeiro aparecimento na revista e quais os prémios e distinções que já tinham recebido. Este conjunto de informações permitiu a elaboração dos resultados que se apresentam seguidamente.

Análise dos resultados: Da desigualdade decrescente na *Granta*

Ao todo, analisaram-se 1979 artigos. Para produzir este número de artigos, foram necessários 2041 contribuidores (aqui incluem-se autores que foram publicados em vários números da *Granta*). Destes 2041 contribuidores, 571 eram mulheres, correspondendo isto a aproximadamente 28% do total; 1466 eram homens, o que corresponde a aproximadamente 72% do total; e em quatro situações (aproximadamente 0.19%) foi impossível apurar o género do autor. Se considerarmos o número real de colaboradores, ou seja, se se retirarem dos totais acima as repetições de autores, ficamos com um total de 1224 contribuidores, 374 (aproximadamente 31%) dos quais eram mulheres e 846 (aproximadamente 69%) dos quais eram homens. Não existe variação no que diz respeito aos autores indefinidos.

Percebemos, assim, que existe uma variação muito reduzida entre o número de colaboradores e colaboradoras quando contemplamos ou não as repetições. Invariavelmente, a percentagem de contribuidores do sexo masculino permanece mais elevada, correspon-

dendo, em ambas as situações, a mais do dobro das contribuições femininas. Conclui-se, assim, que tem existido uma tendência discriminatória na seleção de autores por parte da *Granta*, o que vai de encontro a outros exemplos de discriminação com base no género analisados (Steinpreis *et al.*, 1999; Eigenberg *et al.*, 2015; Goldin *et al.*, 2000; Eagly *et al.*, 2002; Ceci *et al.*, 2009).

478 | Devemos, no entanto, ter em conta que estes números dizem respeito a dados referentes ao período compreendido entre 1979 e 2015. A realidade aquando do início da publicação desta nova *Granta* era muito diferente da que se vive hoje em dia, e a verdade é que esta progressão é evidente, uma vez que no primeiro número da *Granta* apenas 17% das contribuições se deviam a mulheres, enquanto no último estas correspondiam a 65% dos textos publicado.

A primeira circunstância em que o número de mulheres contribuidoras igualou o número de homens foi no volume 66 da *Granta*, publicado em 1999. A primeira instância em que as contribuidoras ultrapassam os contribuidores foi em 2009, no volume 106, sob a égide da editora Alex Clark. Daí em diante, verificaram-se mais seis instâncias em que o número de autoras ultrapassou o número de autores, mas, como se pode ver, isto ocorreu apenas num passado extremamente recente. Convém ainda referir que todas as quatro revistas sem qualquer contribuidora registada foram publicadas já na década de 90. Assim, a progressão no número de contribuidoras existe, mas ainda estamos longe de uma situação de paridade e a *pipeline theory*, tal como em relação à ciência e a outros estudos já realizados, não parece poder ser aplicada (Xie *et al.*, 2003; Lincoln *et al.*, 2012).

Para compreender se existia alguma relação entre o número de colaboradoras incluídas nos vários volumes da *Granta* e os temas desses mesmos volumes, fez-se uma distribuição dos mesmos por temáticas socialmente consideradas masculinas, femininas ou neutras. Consideraram-se temáticas socialmente masculinas aquelas que se relacionavam com a guerra, a revolução, a política, a economia e o desporto, por exemplo. Consideraram-se temáticas socialmente femininas as que se reportavam ao amor, às crianças, à casa, à família e à memória. As restantes temáticas, como a viagem, a geografia, a morte, o cinema ou as histórias foram consideradas neutras.

Se organizarmos os vários números da *Granta* de acordo com a percentagem de contribuidoras incluída em cada um, apercebemo-nos de que a percentagem mais comum é a de 15% (não inclusive) a 20% (inclusive) de contribuidoras. Nos volumes com contribuições femininas abaixo desta linha, ou seja, aqueles em que as mulheres menos participam, encontramos temas quase invariavelmente ou indiferenciados ou neutros, com exceção da temática feminina *Home*. Esta tendência mantém-se na janela compreendida entre os 15% e os 20%, ou seja, na janela das temáticas com uma representatividade mais comum de mulheres, com exceção das temáticas femininas *Celebrity* e *Love Stories*. À medida que se avança na percentagem de contribuidoras, isto é, à medida que nos deparamos com uma maior percentagem de autoras, continuamos a encontrar alguns temas masculinos, mas nada de muito representativo. Encontramos, isso sim, mais temas femininos e, sobretudo, neutros.

Deste modo, parece verificar-se que os temas tendencialmente masculinos são aqueles com maior propensão para apresentar um menor número de colaboradoras. Estranhamente, de um modo geral, não parece existir uma preponderância de colaboradoras da *Granta* a debruçarem-se sobre temas femininos. Contudo, existe uma quantidade respeitável destas

temáticas em que o número de autores é consideravelmente superior ao número de autoras. Inversamente, não existe nenhum número com um tema masculino em que o número de autoras supere o número de autores, já que tal apenas sucede em temáticas femininas ou neutras. Assim, a questão de exclusão que aqui se apresenta é o afastamento das mulheres de temas socialmente considerados masculinos, pelas razões que foram já apontadas como explicativas da perpetuação do estereótipo relativamente às escolhas e opções das mulheres (Correll, 2001; Evans, Schweingruber e Stevenson, 2002; Eccles, 1994).

Há mais casos de homens repetidos do que de mulheres, mas olhando às percentagens, que nos permitem ter em conta as diferenças nos números totais de um e outro, a diferença é de 24% para 28%, o que não parece significativo. Para ambos os sexos, a maioria dos autores repetidos foi-o duas ou três vezes (nos homens alcançando 49%, nas mulheres 51% os casos de duas repetições). Em ambos os casos, a maioria das repetições concentra-se nestes valores muito baixos.

No entanto, os homens alcançam claramente valores mais elevados do que as mulheres. A partir das quatro repetições, as mulheres não voltam a repetir-se mais de cinco vezes. O número mais alto que atingem é o de dez repetições, apenas em dois casos. Por outro lado, os homens continuam a alcançar números muito elevados mesmo a partir das quatro repetições, com, por exemplo, dez ocorrências de sete repetições e oito ocorrências de nove repetições. Sendo o valor máximo atingido pelas mulheres de dez repetições, a partir deste valor e inclusive, no caso dos homens, verificam-se onze ocorrências a mais. Para além disso, o número máximo de repetições no caso dos homens é de 24, embora isto se deva ao facto de o autor em causa (Ian Jack) ter sido o diretor da *Granta* durante muitos anos, o que se reflete em contribuições regulares ao nível de introduções. Tirando este valor, o mais alto atingido é o de 14 repetições, o que ainda assim demonstra que, sendo ambos repetidos, os homens o são mais em termos de frequência do que as mulheres.

No que diz respeito ao género, da totalidade de 565 textos analisados em que este estava patente produzidos para a *Granta* por mulheres, 180 correspondiam a ensaios e/ou memórias (32%), 35 a poesia (6%), 221 a ficção (39%), 18 a arte e/ou fotografia (3%), 5 a entrevistas (1%), 32 não se encontravam categorizados (6%) e 74 eram de natureza incerta (13%). Assim, conclui-se que as mulheres produzem sobretudo ficção, ainda que a diferença entre a ficção e o ensaio e/ou memória seja de apenas 7 pontos percentuais.

Por outro lado, analisaram-se 1454 textos produzidos por homens, dos quais 643 correspondiam a ensaios e/ou memórias (44%), 39 a poesia (3%), 386 a ficção (27%), 45 a arte e/ou fotografia (3%), 14 a entrevistas (1%), 120 não se encontravam categorizados (8%) e 207 eram de natureza incerta (14%). Assim, conclui-se que os homens produziram para a *Granta* maioritariamente textos de ensaio e/ou memória.

Comparando pontos percentuais entre uns e outros, conclui-se que os homens também publicaram um volume de poesia e ficção mais elevado do que as mulheres. Pelo contrário, publicaram um mesmo volume de entrevistas e arte e/ou fotografia. Finalmente, as mulheres publicaram um maior volume de textos ou não categorizados, ou de natureza incerta. No que diz respeito à produção primordial de ensaios e memórias por parte dos homens e de ficção por parte das mulheres, vê-se uma perpetuação daquilo que, com base no estereótipo, é esperado ou não esperado de cada um (como explicitam Correll, 2001, Evans, Schweingruber e Stevenson, 2002 e Eccles, 1994). Também as descobertas de Lebeda e Karwowski (2013)

foram corroboradas, já que a maioria dos artigos de ensaio publicados foi escrita por homens. No entanto, a pesquisa destes autores também foi corroborada na reduzida diferença entre homens e mulheres na publicação de poesia e na diferença inexistente na publicação de arte e fotografia.

Para compreender se, de entre os novos autores publicados pela *Granta*, se dariam mais oportunidades a novos autores masculinos ou femininos, consideraram-se pouco conhecidos aqueles autores que ainda não tinham recebido nenhum prémio; o recebimento de um prémio, em virtude do reconhecimento que marca, foi entendido como suficiente para um autor se considerar conhecido desde que acompanhado por pelo menos duas obras publicadas. Caso não existisse nenhum prémio, haveria necessidade de ter publicado pelo menos três livros. Concluiu-se que não existem diferenças significativas entre homens e mulheres. Na verdade, 32% dos autores masculinos eram novos autores e 33% das autoras femininas eram novas autoras, o que revela que existe igualdade de oportunidades, neste campo, junto da *Granta*. Isto opõe-se às conclusões de Pheterson, Kiesler e Goldberg (1971) relativamente à discriminação com base no género quando uma mulher ainda não era amplamente reconhecida.

Finalmente, é necessário salientar que, em 36 anos de existência, a *Granta* apenas contou com duas editoras do sexo feminino: Alex Clark (volumes 104 a 106, em 2009) e Sigrid Rausing (do volume 126 de 2014 até à atualidade). Primeiramente, como se pode ver, apenas muito recentemente as mulheres se tornaram editoras da *Granta*, o que é reminescente do artigo sobre a dificuldade das mulheres atingirem cargos de poder e responsabilidade, relacionado com a questão do *glass ceiling* (Eagly *et al.*, 2002). Segundo, verifica-se uma estabilização dos números de contribuidoras em valores mais elevados a partir do momento em que se tornam editoras da *Granta*. Como já foi observado, a primeira instância em que o número de mulheres ultrapassa o número de homens ocorreu sob a égide de Alex Clark, que manteve dois dos três números em que trabalhou com percentagens de contribuidoras acima dos 40%. O mesmo se passou com Sigrid Rausing em todos os números em que trabalhou até agora à exceção de um. Assim, a presença de mulheres editoras tem vindo definitivamente a provar-se importante para o aumento do número de contribuidoras da *Granta*, ecoando os estudos de Gualtieri (2011), Oggins (2014) e Jarema, Snycerski, Austin e Poling (1999), o que pode ser explicado pelas teorias de Lebeda e Karwowski (2013), Ward (1981) e Tajfel (1974) já apresentadas.

Conclusão: Da clarificação de pressupostos e perspetivas de futuro

Corroborando de forma muito interessante os estudos de Gualtieri (2011), Oggins (2014) e Jarema, Snycerski, Austin e Poling (1999), conclui-se que o papel que as mulheres têm vindo a ter como contribuidoras para a *Granta* tem sido tendencialmente minoritário em relação ao sexo masculino. No entanto, esta é uma situação que parece estar a desenvolver-se de modo favorável, embora a paridade ainda não tenha sido alcançada.

Assim, o primeiro pressuposto, o de que o número de autores seria superior ao número de autoras, comprovou-se inegavelmente. O segundo pressuposto, por outro lado, foi apenas parcialmente confirmado. Não se verificou uma predominância de autoras em temas socialmente e tendencialmente considerados femininos; pelo contrário, chegou mesmo a verificar-se, em muitos deles, uma preponderância de autores do sexo masculino. No entanto, a noção de que existiriam menos contribuidoras em temas mais masculinos foi definitivamente

comprovada. Também o pressuposto relativo ao gênero preferencial das composições publicadas por homens e mulheres se verificou, com as mulheres a escrever sobretudo ficção e os homens a debruçarem-se mais sobre o ensaio e a memória. Finalmente, o que se tinha antecipado relativamente à publicação de um maior número de autores desconhecidos face a uma maior publicação de autoras já reconhecidas foi também invalidado. Adicionalmente, chegou-se à conclusão de que existe uma relação entre o aumento do número de mulheres publicadas e o gênero do editor que os seleciona.

É impossível determinar uma razão explicativa absoluta para esta situação no âmbito da publicação da *Granta* num trabalho desta envergadura. No entanto, parece-nos correto afirmar que existem duas hipóteses a considerar: ou a *Granta* surge como um reflexo de um potencial ambiente discriminatório que se pode encontrar na área da literatura; ou os editores da *Granta* e outros colaboradores partilham inconscientemente da cadeia de estereótipos sobre a qual já se refletiu anteriormente. Independentemente disto, parece-nos sensato descartar o pressuposto de que a discriminação, neste caso, seja intencional.

Deste modo, conclui-se que, embora não exista ainda paridade na publicação de autoras pela *Granta*, esta se tem revelado, mesmo assim, menos discriminatória do que outras publicações literárias. Embora ainda haja um longo caminho para percorrer em direção à igualdade de gênero nesta revista, o panorama da presente década parece revelar uma tendência positiva neste sentido.

Referências Bibliográficas

- Adorno, T. (2003). *Sobre a indústria da cultura*. Coimbra: Angelus Novus.
- Beere, C., King, D., Beere, D., & King, L. (1984). The Sex-Role Egalitarianism Scale: A Measure of Attitudes Toward Equality Between the Sexes. *Sex Roles*, 10(7/8), 563-576.
- Ceci, S., Williams, W., & Barnett, S. (2009). Women's Underrepresentation in Science: Sociocultural and Biological Considerations. *Psychological Bulletin*, 135(2), 218-261.
- Correll, S. (2001). Gender and the Career Choice Process: The Role of Biased Self-Assessments. *American Journal of Sociology*, 106(6), 1691-1730.
- Denzin, N., Lincoln, Y., et al. (2006). *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens* (2ª ed.). São Paulo: Bookman Companhia Editora.
- Eagly, A., & Karau, S. (2002). Role Congruity Theory of Prejudice Toward Female Leaders. *Psychological Review*, 109(3), 573-598.
- Eccles, J. (1994). Understanding Women's Educational and Occupational Choices: Applying the Eccles et al. Model of Achievement-Related Choices. *Psychology of Women Quarterly*, 18(4), 585-609.
- Eigenberg, H., & Whalley, E. (2015). Gender and Publication Patterns: Female Authorship Is Increasing, But Is There Gender Parity? *Women and Criminal Justice*, 25(1/2), 130-144.
- Evans, E., Schweingruber, H., & Stevenson, H. (2002). Gender Differences in Interest and Knowledge Acquisition: The United States, Taiwan, and Japan. *Sex Roles*, 47(3/4), 153-167.
- Goldin, C., & Rouse, C. (2000). Orchestrating Impartiality: The Impact of "Blind" Auditions on Female Musicians. *The American Economic Review*, 90(4), 715-741.
- Gross, M., & Geffner, R. (1980). Are the Times Changing? An Analysis of Sex-Role Prejudice. *Sex Roles*, 6(5), 713-722.
- Gualtieri, G. (2011). Canonized Women and Women Canonizers: Gender Dynamics in *The Norton Anthology of English Literature's* Eight Editions. *Gender Issues*, 28(1), 94-109.
- Jarema, K., Snyckerski, S., Bagge, S., Austin, J., & Poling, A. (1999). Participation of Women as Authors

- and Participants in Articles Published in the Journal of Organizational Behavioral Management. *Journal of Organizational Behavioral Management*, 19(1), 85-94.
- Lebuda, I., & Karwowski, M. (2013). Tell Me Your Name and I'll Tell You How Creative Your Work Is: Author's Name and Gender as Factors Influencing Assessment of Products' Creativity in Four Different Domains. *Creativity Research Journal*, 25(1), 137-142.
- Lincoln, A., Pincus, S., Koster, J., & Leboy, P. (2012). The Matilda Effect in science: Awards and prizes in the US, 1990s and 2000s. *Social Studies of Science*, 42(2), 307-320.
- Minayo, M. (2007). *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde* (10ª ed.). São Paulo: Editora Hucitec.
- Oggins, J. (2014). Underrepresentation of Women Writers in *Best American* Anthologies: The Role of Writing Genre and Editor Genre. *Sex Roles*, 71(3), 182-195.
- Pheterson, G., Kiesler, S., & Goldberg, P. (1971). Evaluation of the performance of women as a function of their sex, achievement and personal history. *Journal of Personality and Social Psychology*, 19, 114-118.
- Rudman, L. (1998). Self-Promotion as a Risk Factor for Women: The Costs and Benefits of Counterstereotypical Impression Management. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(3), 629-645.
- Steinpreis, R., Anders, K., & Ritzke, D. (1999). The Impact of Gender on the Review of the Curricula Vitae of Job Applicants and Tenure Candidates: A National Empirical Study. *Sex Roles*, 41(7/8), 509-528.
- Tajfel, H. (1974). Social identity and intergroup behavior. *Social Science Information*, 13(2), 65-93.
- Ward, C. (1981). Prejudice Against Women: Who, When, and Why? *Sex Roles*, 7(2), 163-171.
- Williams, J., Satterwhite, R., & Best, D. (1999). Pancultural Gender Stereotypes Revisited: The Five Factor Model. *Sex Roles*, 40(7/8), 513-525.
- Xie, Y., & Shauman, K. (2003). *Women in Science: Career Processes and Outcomes*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.